

EDITAL Nº 001/2026 DO  
CONCURSO PÚBLICO DO  
MUNICÍPIO DE PÃO DE  
AÇÚCAR (AL)

FISCAL DE TRIBUTOS

TARDE

Atenção: Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

**ORIENTAÇÕES IMPORTANTES AO CANDIDATO:**

**1. Conferência de documentos:**

- ✓ Verifique seu nome, número do documento e número de inscrição em todos os materiais entregues.
- ✓ Confira o Caderno de Questões quanto a falhas de impressão ou numeração.

**2. Cumprimento das normas:**

- ✓ O descumprimento de qualquer regra constante no Edital, Caderno de Questões ou Folha de Respostas poderá acarretar a eliminação do candidato.

**3. Folha de Respostas:**

- ✓ É o único documento válido para avaliação.
- ✓ Preencha corretamente o campo da assinatura.
- ✓ Assinale apenas uma alternativa por item.
- ✓ Utilize apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- ✓ Devolva a Folha de Respostas preenchida e assinada ao fiscal.

**4. Divulgação de provas e gabaritos:**

- ✓ Estarão disponíveis no site do Instituto IGEDUC ([www.igeduc.org.br](http://www.igeduc.org.br)), conforme o Edital.

**5. Condutas proibidas:**

- ✓ Manusear o Caderno de Questões antes do horário oficial.
- ✓ Comunicar-se com outros candidatos durante a prova.
- ✓ Usar aparelhos eletrônicos de qualquer tipo.
- ✓ Anotar o gabarito fora da Folha de Respostas.

**6. Exceto quando o enunciado da questão determinar o contrário, considere as seguintes regras:**

- ✓ As questões de Língua Portuguesa devem ser respondidas conforme a norma culta vigente à época da aplicação da prova; as de informática, com base na versão mais atualizada dos softwares mencionados na mesma data; e as de legislação, considerando a versão vigente e mais atual de cada lei.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 9.

### Produção agrícola maior deve fortalecer geração de bioenergia.

Episódios recentes envolvendo rotas marítimas próximas ao Estreito de Ormuz — corredor estratégico por onde passa cerca de 20% do petróleo comercializado no mundo — retomou o debate sobre a segurança da oferta global de energia, desde o abastecimento aos preços dos fretes, da inflação energética e estabilidade logística.

O Brasil aparece como um caso particular entre as grandes economias: ao mesmo tempo em que o mercado global acompanha a volatilidade do petróleo, o país amplia a produção agrícola e, com ela, a oferta potencial de matérias-primas para energia renovável. A avaliação é da Fex Agro da rede de revendas de insumos em Mato Grosso.

Segundo o CEO da empresa, Daniel Barbosa, o avanço da colheita de grãos amplia a oferta de ativos energéticos ligados ao agronegócio brasileiro é uma oportunidade para que o país avance na geração de alternativas, como os biocombustíveis.

"Num ambiente em que o mundo volta a perceber o quanto ainda depende do petróleo, o Brasil apresenta uma combinação muito difícil de replicar: uma safra em grande escala, uma base energética renovável consolidada e capacidade industrial para agregar valor dentro da própria cadeia produtiva", afirma.

Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) indicam avanço consistente da safra, com mais de 50% da área de soja, principal cultura agrícola do país, colhida.

O executivo se demonstra otimista ao defender que a expansão da produção agrícola reforça a disponibilidade de insumos para diferentes rotas energéticas. "O país colhe grãos, mas também amplia a oferta de matéria-prima para etanol, biodiesel, biometano e novas alternativas energéticas. Poucos países possuem um programa de biocombustíveis tão avançado quanto o brasileiro, o que aumenta a resiliência diante de choques externos", ressalta.

A discussão ganha relevância no momento em que o setor de biocombustíveis apresenta propostas para acelerar a transição energética no país, após a COP30, evento que culminou no documento "Fósseis", com etapas de transição até 2040.

O documento sugere ampliar o uso de etanol, biodiesel, combustível sustentável de aviação (SAF), biometano, produzido a partir de resíduos agropecuários, especialmente em regiões produtoras, e hidrogênio de baixa emissão de carbono.

Para a Fex Agro, a atual conjuntura internacional tende a reforçar a relevância desse modelo energético. "Quando petróleo, frete e segurança logística voltam ao centro do

debate global, países capazes de produzir energia a partir do próprio campo passam a ter outro peso econômico. O Brasil já tem essa estrutura e ainda possui espaço para expandi-la", afirma o executivo.

Barbosa também defende maior visibilidade internacional para a sustentabilidade da produção agrícola brasileira. Segundo ele, a legislação ambiental e o modelo de preservação adotado pelos produtores ainda são pouco reconhecidos fora do país.

O etanol brasileiro permanece como um dos pilares da transição. Além da produção tradicional a partir da cana-de-açúcar, cresce o modelo baseado no milho, no qual a fabricação do biocombustível ocorre junto à geração de DDG, insumo proteico utilizado na nutrição animal.

"O milho sintetiza bem esse novo entendimento sobre as energias renováveis: da mesma matéria-prima saem energia, proteína e valor industrial. É uma cadeia que responde simultaneamente a três demandas globais — energia, alimento e eficiência produtiva", afirma Barbosa.

<https://www.cnnbrasil.com.br/agro/producao-agricola-maior-deve-fortalecer-geracao-de-bioenergia/>

### Questão 01

"Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) indicam avanço consistente da safra, com mais de 50% da área de soja, principal cultura agrícola do país, colhida."

O verbo 'indicar' concorda corretamente com o núcleo do sujeito 'Dados', observando a concordância verbal. Analise outros contextos para verificar se a concordância verbal ou nominal se mantém adequada.

I. Número cada vez maior de estudantes participam de programas de alfabetização em toda a América Latina.

II. A provisão eram alguns quilos de feijão.

III. Houve silêncio, enquanto cada um dos candidatos iam assimilando o raciocínio lógico.

IV. A secretária deixou vazias as pastas e o arquivo.

Considerando a concordância verbal e nominal adequada, assinale a alternativa que apresenta apenas as proposições CORRETAS.

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) II, III e IV.

### Questão 02

"O Brasil aparece como um caso particular entre as grandes economias: ao mesmo tempo em que o mercado global acompanha a volatilidade do petróleo, o país amplia a produção agrícola e, com ela, a oferta potencial de matérias-primas para energia renovável."

Considerando o processo de formação das palavras presentes no trecho e fora do contexto apresentado, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

( ) O vocábulo 'renovável' constitui exemplo de palavra formada por derivação prefixal e sufixal, processo em que dois elementos mórficos, dotados de existência independente na língua, são acrescentados ao radical, resultando na formação de uma nova palavra.

( ) O vocábulo 'matérias-primas' é formado pelo mesmo processo de formação das palavras 'guarda-chuva', 'fim de semana' e 'pontapé'.

( ) No vocábulo 'petróleo', verifica-se uma composição por aglutinação, na qual os elementos formadores perdem parte de sua identidade ortográfica e fonológica, resultando em uma nova palavra composta com apenas um acento tônico.

( ) O prefixo da palavra 'apogeu' indica afastamento, enquanto do vocábulo 'binóculo' indica duplicidade.

( ) O vocábulo 'volatilidade' é formado pelo mesmo processo observado nas palavras 'galinhada' e 'gigante', em que sufixos são acrescentados ao radical, originando novas palavras por derivação sufixal.

Após análise das afirmativas, identifique a alternativa CORRETA que apresenta a sequência que preenche as lacunas acima.

- (A) V, F, V, F, F.
- (B) F, F, F, F, V.
- (C) F, V, V, V, F.
- (D) V, V, F, F, V.
- (E) F, V, V, V, V.

### Questão 03

"O país colhe grãos, mas também amplia a oferta de matéria-prima para etanol, biodiesel, biometano e novas alternativas energéticas.

Analise a transitividade dos verbos 'colher' e 'ampliar' no trecho e nos diferentes contextos que serão apresentados. Assinale V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

( ) O verbo 'colher' atua como transitivo direto, podendo variar sua transitividade conforme o contexto, como na frase "Quando começou a chover, minha mãe colheu a roupa do varal para não molhar", em que assume função bitransitiva.

( ) O verbo 'colher', no contexto, atua com a mesma transitividade observada na frase "Quando era criança, o menino colhia passarinhos escondido dos pais".

( ) O verbo ampliar atua como transitivo direto, assim como na frase "A indústria faz campanha para ampliar o uso de seus produtos".

( ) O verbo 'ampliar', no contexto, apresenta transitividade distinta da apresentada na frase " Ampliara a fazenda com as terras que adquirira dos vizinhos".

Após análise das afirmativas, identifique a sequência CORRETA.

- (A) F, F, V, V.
- (B) F, V, V, F.
- (C) V, V, V, V.
- (D) V, V, V, F.
- (E) F, F, F, V.

### Questão 04

"O executivo se demonstra otimista ao defender 'que a expansão da produção agrícola reforça a disponibilidade de insumos para diferentes rotas energéticas'."

Analise as frases a seguir, em que o termo 'que' inicia uma oração de mesma classificação daquela destacada no trecho 'que a expansão...'

- I. É necessário que você volte antes do anoitecer.
- II. Queremos que você aprenda a desenvolver pensamento crítico.
- III. Foi decidido que você continue na liderança.
- IV. Decidiu-se que você continue sempre atento aos detalhes.
- V. Bem sei que, muitas vezes, o único remédio é adiar tudo.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta apenas as proposições CORRETAS.

- (A) II, III, IV e V, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II, IV e V, apenas.
- (D) I, IV e V, apenas.
- (E) II e V, apenas.

### Questão 05

"Produção agrícola maior deve fortalecer geração de bioenergia."

O vocábulo 'bioenergia' apresenta-se corretamente grafado sem hífen. Considerando o uso ou não do hífen em palavras compostas,

identifique a alternativa que apresenta pelo menos um vocábulo grafado de forma INCORRETA.

- (A) Os fones supra-auriculares foram distribuídos aos participantes, seguindo os horários preestabelecidos pelo organizador do evento.
- (B) Após o fim de semana, ele apareceu com cara de mamão-macho após saber do resultado da reunião.
- (C) Para acompanhar o ritmo circumeridiano dos astronautas, a equipe precisou de um esforço quase sobre-humano na organização das tarefas.
- (D) O guia turístico, sempre bem-humorado e benquisto, conduzia o grupo com histórias engraçadas sobre a cidade.

- (E) Os viajantes exploraram a Baía de Todos-os-Santos sem roteiro definido, confiando ao deus-dará que tudo daria certo durante a viagem.

### Questão 06

"Num ambiente em que o mundo volta a perceber o quanto ainda depende do petróleo, o Brasil apresenta uma combinação difícil de replicar: uma safra em grande escala, uma base energética renovável consolidada e capacidade industrial para agregar valor dentro da própria cadeia produtiva, afirma."

Considerando as características fonológicas, ortoépicas e prosódicas dos vocábulos presentes no texto, bem como de palavras fora desse contexto, analise as afirmativas a seguir:

I. No vocábulo 'Brasil', a letra 's' representa o fonema /z/, valor fonético que também se observa na palavra 'apresenta'.

II. Os vocábulos 'que' e 'quanto' apresentam dígrafos consonantais, isto é, o encontro de duas letras que, ao serem pronunciadas, emitem apenas um som, formando, portanto, um único fonema.

III. O vocábulo 'presente' apresenta encontro consonantal inseparável e dígrafo vocálico, ao passo que 'própria' apresenta encontro consonantal e encontro vocálico, o qual, a depender da realização fonética, pode ser interpretado como hiato ou ditongo.

IV. O vocábulo 'volta' é um exemplo em que, devido ao processo de vocalização do /l/ em muitas regiões do Brasil, verifica-se, no plano fonético, a ocorrência de um ditongo.

V. A Ortoépia corresponde ao estudo que estabelece as normas relativas à pronúncia correta das palavras em uma determinada língua. O emprego da forma 'cabelereiro' exemplifica um caso relacionado a esse estudo.

Após análise das afirmativas, identifique a alternativa CORRETA.

- (A) II, IV e V apenas.
- (B) III e V, apenas.
- (C) II, III e IV apenas.
- (D) I, III, IV, V apenas.
- (E) I, II e III apenas.

### Questão 07

"Num ambiente em que o mundo volta a perceber o quanto ainda depende do petróleo, o Brasil apresenta uma combinação muito difícil de replicar: uma safra em grande escala, uma base energética renovável consolidada e capacidade industrial para agregar valor dentro da própria cadeia produtiva, afirma."

Com base nas classes de palavras, julgue as afirmativas a seguir:

I. O vocábulo 'muito' funciona como advérbio de

intensidade, modificando o adjetivo 'difícil', diferentemente do que ocorre na frase 'A questão enganou muito candidato', em que o termo pertence a outra classe gramatical.

II. A palavra 'de', nessa expressão, é uma preposição que introduz o complemento 'replicar', verbo no infinitivo que completa o sentido do adjetivo 'difícil'.

III. A forma verbal 'depende' encontra-se conjugada no mesmo tempo e modo que o verbo 'vir' na frase: 'Nós viemos para acertar todas as questões da prova de Língua Portuguesa'.

IV. O vocábulo 'própria' é adjetivo, devendo sempre concordar com o substantivo ou pronome a que se refere, assim como o vocábulo 'quite', como na frase 'Devolvi-lhe o presente, portanto estamos quites'.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta apenas as proposições CORRETAS.

- (A) II, III e IV apenas.
- (B) I, II, III e IV apenas.
- (C) I, II e IV apenas.
- (D) II e III apenas.
- (E) I e III apenas.

### Questão 08

O texto aponta que o crescimento da produção agrícola no Brasil contribui para o fortalecimento da geração de bioenergia e para o aumento da resiliência econômica do país diante de choques externos.

Com base nas informações apresentadas, marque com V, as afirmativas verdadeiras, ou com F, as falsas.

( ) A produção de milho para biocombustíveis possibilita, ao mesmo tempo, atender à demanda energética e alimentar, promovendo maior eficiência na cadeia produtiva.

( ) A consolidação da base energética renovável no Brasil e a capacidade industrial de agregar valor proporcionam ao país uma vantagem estratégica diante de cenários de instabilidade no mercado global de petróleo.

( ) A expansão agrícola brasileira reduz automaticamente a volatilidade dos preços internacionais do petróleo, tornando o país independente de combustíveis fósseis.

( ) O modelo brasileiro de biocombustíveis reforça a sustentabilidade reconhecida internacionalmente, pois a legislação ambiental e as práticas de preservação locais são amplamente valorizadas no exterior.

Após análise, identifique a alternativa com sequência CORRETA.

- (A) V, V, V, F.
- (B) V, V, F, F.
- (C) F, V, V, F.
- (D) F, V, F, V.

(E) V, F, F, V.

### Questão 09

"Poucos países possuem um programa de biocombustíveis tão avançado quanto o brasileiro, o que aumenta a resiliência diante de choques externos.

Considerando a análise sintática dos elementos linguísticos empregados no trecho, julgue as afirmativas a seguir:

I. O sintagma 'Poucos países' exerce a função de sujeito simples, assim como "duas horas" na oração 'No relógio deram duas horas', construção gramaticalmente correta.

II. O substantivo 'programa' exerce a função de núcleo do objeto direto do verbo 'possuir' e de núcleo do sujeito do verbo 'avançar'.

III. A expressão 'a resiliência diante de choques externos' exerce a função sintática de sujeito posposto do verbo 'aumentar'.

IV. O vocábulo 'países' exerce a mesma função sintática do pronome oblíquo 'a', considerando o verbo 'entrar', na frase 'Eu a vi entrar no quarto'.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta apenas as proposições CORRETAS.

- (A) II e III, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

### Questão 10

Segundo Bechara, no decorrer de sua história, nem sempre a palavra preserva seu significado etimológico, isto é, originário. Por motivos variados, ela ultrapassa os limites de sua esfera semântica primitiva e passa a assumir diferentes valores, surgindo assim as figuras de linguagem.

Com base nisso, analise as afirmativas a seguir sobre as figuras de linguagem e identifique a alternativa INCORRETA.

- (A) A perífrase é palavra ou expressão utilizada para nomear um ser por meio de uma característica marcante ou de um fato que o tornou célebre.  
Por exemplo: "A cidade luz continua atraindo visitantes do mundo todo, apesar dos casos de assaltos".
- (B) A antítese é uma figura de linguagem que consiste em aproximar palavras ou expressões de sentidos contrários dentro de uma frase ou contexto, ressaltando o contraste entre ideias.  
Por exemplo: "Nada era definido, nem o indefinido".

(C) A metonímia é palavra ou expressão utilizada para substituir outra com a qual mantém uma relação lógica, podendo ocorrer, por exemplo, quando se emprega a parte pelo todo.

Por exemplo: "A fome era tamanha que as crianças comeram uma panela de arroz".

(D) A sinestesia é a união de palavras que revelam impressões sensoriais diferentes.

Por exemplo: "O céu ia envolvendo-a até comunicar-lhe a sensação do azul, acariciando-a como um esposo, deixando-lhe o odor e a delícia da tarde".

(E) A catacrese é um termo empregado com significado de outro, por falta de uma palavra própria para nomear determinados seres.

Por exemplo: "Olívia embarcou no voo das 22 horas com destino a Santa Catarina".

## HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE PÃO DE AÇÚCAR

### Questão 11

Preservação do patrimônio cultural constitui estratégia relevante para manter viva a memória histórica das comunidades. No município de Pão de Açúcar, algumas dessas edificações tornaram-se referências culturais importantes para a população e integram iniciativas de valorização da memória coletiva. Além disso, tais estruturas podem contribuir para atividades educativas e para o desenvolvimento de práticas turísticas relacionadas à história regional. Considerando a função social dessas construções, identifique a alternativa que cita **CORRETAMENTE** o papel desempenhado pelo patrimônio arquitetônico histórico nas cidades brasileiras.

- (A) Impedir transformações e adaptações no espaço urbano.
- (B) Preservar referências materiais da memória histórica e cultural das comunidades.
- (C) Uniformizar os estilos arquitetônicos em diferentes municípios.
- (D) Substituir manifestações culturais contemporâneas existentes.
- (E) Eliminar características urbanas tradicionais das cidades.

### Questão 12

Economia de municípios localizados às margens do Rio São Francisco apresenta forte relação com recursos naturais e com formas históricas de ocupação do território. A presença do rio também pode favorecer práticas relacionadas à pesca, ao turismo e ao abastecimento de água. A análise dessas atividades permite compreender a organização econômica de diversas localidades do semiárido nordestino. Nesse contexto, identifique a característica que representa a estrutura econômica predominante em municípios do sertão nordestino e assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Economia baseada exclusivamente na mineração de carvão.
- (B) Dependência de complexos industriais voltados à exportação.
- (C) Predominância de indústrias automobilísticas de grande porte.
- (D) Predomínio de atividades portuárias marítimas.
- (E) Diversificação de atividades ligadas ao meio rural e ao comércio regional.

### Questão 13

Cidades localizadas no sertão nordestino apresentam dinâmicas econômicas fortemente associadas às condições ambientais e aos processos históricos de ocupação do território. Municípios ribeirinhos do Rio São Francisco, como Pão de Açúcar, integram redes econômicas regionais que se articulam com o uso de recursos hídricos e com atividades tradicionais do semiárido. Considerando esse contexto geográfico e econômico, identifique o fator natural que exerce influência relevante sobre as atividades econômicas dessas localidades e assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Presença predominante de florestas boreais densas.
- (B) Disponibilidade de recursos hídricos associados ao Rio São Francisco.
- (C) Localização em zonas de tundra ártica.
- (D) Proximidade com regiões de clima polar permanente.
- (E) Ocorrência de geleiras continentais de grande extensão.

### Questão 14

Formação de cidades ao longo de grandes rios brasileiros esteve associada à utilização dessas vias naturais para circulação, comunicação e atividades econômicas. O Rio São Francisco exerceu papel relevante na integração de áreas do interior do país, favorecendo deslocamentos de pessoas e mercadorias entre localidades ribeirinhas. Municípios localizados às suas margens desenvolveram práticas produtivas e relações sociais vinculadas ao aproveitamento dos recursos fluviais. A análise dessas dinâmicas permite compreender a importância dos rios na organização territorial. Considerando esse contexto histórico e geográfico, analise as assertivas abaixo e classifique cada uma como verdadeira (V) ou falsa (F).

- A navegação fluvial contribuiu historicamente para a circulação de pessoas e mercadorias.
- O Rio São Francisco atuou como importante rota de integração entre diferentes regiões.
- A presença do rio influenciou o surgimento e o desenvolvimento de cidades ribeirinhas.
- O transporte fluvial teve pouca relevância econômica para as cidades do interior.
- Cidades situadas às margens do rio estabeleceram relações comerciais entre si.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

- (A) F, V, F, V, V.
- (B) V, F, F, V, V.
- (C) F, F, V, V, F.
- (D) V, V, V, F, V.
- (E) V, V, F, F, V.

### Questão 15

Festas populares desempenham papel relevante na preservação de tradições culturais em diversas regiões do Brasil. No sertão nordestino, celebrações comunitárias, apresentações musicais regionais e manifestações associadas à cultura do vaqueiro integram o calendário cultural de muitas cidades. Esses eventos podem estimular o turismo regional e valorizar o patrimônio cultural imaterial das comunidades locais. Considerando esse contexto cultural, analise as afirmações a seguir.

- I. As festas populares podem contribuir para a preservação da identidade cultural local.
- II. As manifestações culturais regionais podem transmitir tradições entre gerações.
- III. Eventos culturais comunitários podem fortalecer vínculos sociais.
- IV. As festas populares eliminam práticas culturais tradicionais.
- V. A cultura regional pode expressar heranças históricas diversas.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I e IV, apenas.
- (B) I, III e V, apenas.
- (C) III, IV e V, apenas.
- (D) I, II, III e V, apenas.
- (E) II e III, apenas.

### Questão 16

Localização de municípios no sertão alagoano está associada a condições ambientais típicas do semiárido nordestino, caracterizadas por irregularidade das chuvas, temperaturas elevadas e vegetação adaptada à escassez hídrica. Essas características influenciam o uso do solo, a ocupação humana e as atividades produtivas desenvolvidas na região. Em cidades situadas às margens do Rio São Francisco, como Pão de Açúcar, o rio desempenha papel relevante na dinâmica econômica, social e territorial. Considerando essas características ambientais e regionais, analise as assertivas abaixo e classifique cada uma como verdadeira (V) ou falsa (F).

- O clima predominante no sertão nordestino apresenta períodos prolongados de estiagem.
- A vegetação predominante na região inclui espécies adaptadas à escassez de água.
- A presença do Rio São Francisco contribui para

atividades econômicas e abastecimento hídrico.

( ) O sertão nordestino apresenta regime de chuvas regulares ao longo de todo o ano.

( ) A região semiárida brasileira possui apenas uma paisagem natural homogênea.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

- (A) F, F, V, V, F.
- (B) V, V, F, F, V.
- (C) F, V, F, V, V.
- (D) V, V, V, F, F.
- (E) V, F, F, V, V.

### Questão 17

Processos históricos ocorridos no território brasileiro resultaram na formação de uma sociedade marcada pela interação entre diferentes grupos culturais. Povos indígenas, africanos e europeus contribuíram para a construção de práticas sociais, manifestações artísticas, tradições religiosas e formas de organização comunitária. Em diversas localidades do Nordeste, incluindo cidades ribeirinhas do Rio São Francisco, essas influências são percebidas em festas populares, culinária regional, música e tradições culturais transmitidas ao longo das gerações. A análise dessas contribuições permite compreender a diversidade cultural presente no país. Considerando esse processo histórico, analise as afirmações a seguir.

I. A cultura brasileira resultou da interação entre diferentes grupos sociais ao longo da história.

II. Influências indígenas contribuíram para conhecimentos tradicionais e práticas culturais.

III. A presença africana influenciou diversas manifestações culturais brasileiras.

IV. A cultura brasileira desenvolveu-se de forma isolada das interações sociais entre povos.

V. Processos históricos de miscigenação contribuíram para a diversidade cultural do país.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II, III e V, apenas.
- (B) I, III, IV e V, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) III, IV e V, apenas.

### Questão 18

Processos de ocupação do interior nordestino ocorreram por meio de diferentes movimentos de expansão territorial ao longo do período colonial. Povos indígenas já habitavam amplas áreas da região antes da chegada de colonizadores portugueses e de expedições que percorriam o interior em busca de rotas de circulação e oportunidades econômicas. Nesse contexto histórico é possível reconhecer a importância das condições

naturais para a formação de povoados no interior do Nordeste. Considerando esses fatores históricos e geográficos, qual alternativa indica **CORRETAMENTE** uma característica que contribuiu para a formação de núcleos de povoamento na região onde surgiu o atual município de Pão de Açúcar.

- (A) Exploração sistemática de minas de ouro na região sertaneja.
- (B) Instalação de grandes portos marítimos no interior alagoano.
- (C) Construção de ferrovias intercontinentais durante o período colonial.
- (D) Formação de zonas industriais voltadas ao comércio exterior.
- (E) Disponibilidade de recursos hídricos e rotas naturais de circulação no interior.

### Questão 19

"O patrimônio cultural brasileiro é constituído por bens de natureza material e imaterial que representam referências à \_\_\_\_\_, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade."

Identifique a alternativa que completa corretamente a(s) lacuna(s) acima.

- (A) identidade
- (B) produção industrial
- (C) expansão territorial
- (D) modernização urbana
- (E) estrutura administrativa

### Questão 20

Organização territorial dos municípios brasileiros envolve aspectos administrativos, sociais e geográficos que estruturam a gestão pública e o planejamento das cidades. Municípios apresentam áreas urbanas e rurais que mantêm relações econômicas, sociais e culturais entre si. Essa organização permite a implementação de políticas públicas e a gestão de serviços essenciais destinados à população. A análise desses elementos contribui para compreender a dinâmica espacial e administrativa das cidades brasileiras. Qual das alternativas abaixo cita **CORRETAMENTE** uma característica que define o território de um município no Brasil?

- (A) Espaço sem delimitação geográfica definida.
- (B) Área exclusivamente destinada à produção industrial.
- (C) Área delimitada por limites administrativos e submetida à gestão municipal.
- (D) Território controlado diretamente pelo governo federal.
- (E) Espaço composto apenas por zonas urbanizadas.

## CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

### Questão 21

A legislação tributária compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versam sobre tributos. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(\_\_\_) O conteúdo e o alcance dos decretos restringem-se aos das leis em função das quais sejam expedidos, observadas as regras de hierarquia normativa.

(\_\_\_) As normas complementares, como as instruções normativas e os atos administrativos de caráter geral, possuem eficácia jurídica imediata após a assinatura do Prefeito.

(\_\_\_) A vigência da lei tributária que institui novos impostos ocorre no primeiro dia do exercício seguinte à sua publicação, em respeito ao princípio da anterioridade.

(\_\_\_) Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna e serão observados pela que lhes sobrevenha, na esfera municipal.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, F, V.
- (B) F, V, V, F.
- (C) V, V, F, V.
- (D) F, F, V, V.
- (E) V, F, V, V.

### Questão 22

O lançamento tributário reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente. Analise as afirmativas a seguir:

I. O lançamento por declaração é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato.

II. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, podendo ser efetuada de ofício quando se comprove que o sujeito passivo agiu com dolo.

III. O erro de direito no lançamento tributário, uma vez identificado pela autoridade administrativa, autoriza a modificação do lançamento quanto a fatos geradores já ocorridos e lançados.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II apenas.
- (C) I apenas.
- (D) III apenas.

(E) II apenas.

### Questão 23

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza incide sobre a prestação de serviços previstos em lista anexa à lei complementar federal. Com base exclusivamente na redação atual da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A alíquota máxima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de dez por cento, podendo o Município majorá-la para vinte por cento em casos de serviços prestados por empresas multinacionais de tecnologia da informação nos regimes especiais de tributação municipal.
- (B) O imposto incide sobre as exportações de serviços para o exterior, visando garantir a isonomia tributária e impedir que empresas estrangeiras se beneficiem de renúncias fiscais concedidas pela administração local nos regimes de arrecadação aplicados às operações internacionais de prestação de serviços.
- (C) A base de cálculo do imposto é o valor total da nota fiscal de serviços, sendo proibida a dedução de valores correspondentes a materiais fornecidos pelo prestador em serviços de concretagem de lajes residenciais nos procedimentos fiscais de apuração tributária municipal sobre serviços.
- (D) O contribuinte do imposto é o tomador do serviço em todas as hipóteses de incidência, sendo vedada a atribuição de responsabilidade tributária ao prestador de serviços, mesmo que este possua inscrição cadastral regular no município nos regimes administrativos de arrecadação tributária municipal.
- (E) O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, ressalvadas as hipóteses de serviços de execução de obras de construção civil, onde o imposto é devido no local da execução.

### Questão 24

A segurança jurídica nas relações tributárias é garantida pelos institutos da decadência e da prescrição, que limitam o tempo de atuação do fisco. Analise as afirmativas a seguir:

I. O prazo decadencial para a Fazenda Pública constituir o crédito tributário é de cinco anos, contado do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

II. A interrupção da prescrição da ação de cobrança do crédito tributário, em favor ou contra um dos coobrigados, estende seus efeitos aos demais, nos termos da legislação tributária.

III. O direito à restituição de tributos pagos indevidamente extingue-se com o decurso do prazo de dois anos, contado da data do pagamento antecipado em casos de lançamento por homologação.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) III apenas.
- (C) I apenas.
- (D) II apenas.
- (E) I e II apenas.

### Questão 25

O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é um tributo direto que incide sobre o patrimônio imobiliário situado em zona urbana. Analise as afirmativas a seguir:

I. O fato gerador do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

II. A zona urbana deve observar a existência de pelo menos dois melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público, como meio-fio, abastecimento de água, sistemas de esgotos sanitários ou rede de iluminação pública.

III. As isenções de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana podem ser concedidas por ato discricionário do Fiscal de Tributos em campo, visando beneficiar imóveis que apresentem jardins bem conservados e calçadas com acessibilidade.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) III apenas.
- (C) II apenas.
- (D) I apenas.
- (E) I e II apenas.

### Questão 26

A infração tributária é toda ação ou omissão que importe em descumprimento de normas da legislação tributária. Analise as afirmativas a seguir:

I. A responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

II. A denúncia espontânea da infração, acompanhada do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, exclui a responsabilidade do contribuinte e a aplicação de multas punitivas.

III. O Município pode condicionar a expedição de certidões negativas de débito ao pagamento de multas de trânsito em atraso, visando unificar as sanções administrativas de natureza não tributária.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I apenas.
- (B) III apenas.
- (C) II apenas.

- (D) I e II apenas.
- (E) I, II e III.

### Questão 27

O processo administrativo tributário garante ao contribuinte o exercício do contraditório e da ampla defesa contra os atos da administração fazendária. Analise as afirmativas a seguir:

I. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser alterado em virtude de impugnação do sujeito passivo.

II. A concessão de medida liminar em mandado de segurança suspende a exigibilidade do crédito tributário, nos termos da legislação tributária.

III. A interposição de recurso administrativo exige o depósito prévio do valor total da multa aplicada, visando garantir a solvência do tesouro municipal em caso de derrota do recorrente.

Está correto o que se afirma em:

- (A) III apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I apenas.
- (D) II apenas.
- (E) I e II apenas.

### Questão 28

A responsabilidade tributária atribui o dever de pagar o tributo a pessoa diversa daquela que possui relação pessoal e direta com o fato gerador. No que concerne à responsabilidade de terceiros, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O adquirente de fundo de comércio ou estabelecimento comercial que continuar a exploração da atividade sob o mesmo ou outro nome responde pelos tributos relativos ao fundo ou estabelecimento, integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade.
- (B) A responsabilidade solidária entre os sócios de uma empresa limitada decorre automaticamente do inadimplemento tributário, sendo dispensada a comprovação de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei pela autoridade fiscal.
- (C) A substituição tributária progressiva (para frente) é inconstitucional por exigir o recolhimento de imposto sobre fato gerador futuro e incerto, permitindo ao contribuinte a restituição imediata das multas acessórias acumuladas.
- (D) Os pais respondem pelos tributos devidos por seus filhos menores em regime de solidariedade passiva absoluta, independentemente da possibilidade de o menor possuir patrimônio próprio suficiente para a quitação do débito nos procedimentos administrativos de responsabilidade tributária familiar.

- (E) O sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro são responsáveis pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão, limitada a responsabilidade ao valor de um por cento do quinhão recebido nos procedimentos de apuração tributária em processos sucessórios administrativos.

### Questão 29

O orçamento público municipal deve observar os princípios da unidade, universalidade e anualidade, integrando as receitas e despesas do ente. Com base exclusivamente na redação atual da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As receitas correntes são compostas exclusivamente por impostos e taxas, sendo vedada a inclusão de receitas patrimoniais ou industriais no cômputo da receita orçamentária anual do Município para fins de cálculo de limite de gastos, bem como para apuração de metas fiscais estabelecidas na legislação vigente.
- (B) As receitas de capital são aquelas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas, conversão em espécie de bens e direitos e, ainda, os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital.
- (C) O orçamento plurianual de investimentos possui validade de dez anos, devendo ser aprovado por decreto legislativo em sessão secreta para garantir que as estratégias de desenvolvimento não sofram interferência de grupos econômicos locais.
- (D) As despesas de exercícios encerrados para as quais o orçamento respectivo não tenha consignado crédito próprio podem ser pagas diretamente pelo Prefeito através de vale-refeição, dispensando a abertura de créditos adicionais ou a observância da ordem cronológica de pagamentos.
- (E) O Município pode instituir orçamentos paralelos destinados exclusivamente ao custeio de gratificações de fiscais de tributos, desde que tais recursos provenham de multas aplicadas em procedimentos de fiscalização de campo, sem trânsito pelo Fundo Municipal correspondente devidamente instituído por lei.

### Questão 30

O crédito tributário decorre da obrigação tributária principal e tem a mesma natureza desta, sendo constituído pelo lançamento. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

- (\_\_\_) O parcelamento e a moratória são causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, impedindo a Fazenda Pública de praticar atos de cobrança executiva enquanto perdurar o benefício.
- (\_\_\_) A isenção e a anistia são causas de extinção do crédito tributário, pois operam o cancelamento definitivo da obrigação após o decurso do prazo fixado na lei

instituidora do benefício.

(\_\_\_) A prescrição e a decadência extinguem o crédito tributário, sendo que a primeira atinge o direito de ação para cobrança e a segunda o direito da administração de constituir o crédito.

(\_\_\_) O depósito do montante integral do tributo em discussão administrativa suspende a exigibilidade do crédito, devendo o valor ser convertido em renda para o Município em caso de decisão desfavorável ao contribuinte.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, V, V.  
(B) V, F, F, V.  
(C) V, V, F, V.  
(D) F, F, V, V.  
(E) F, V, V, F.

### Questão 31

O parcelamento é uma causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário que permite o pagamento fracionado da dívida sob condições específicas. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(\_\_\_) O parcelamento será concedido na forma e condição estabelecidas em lei específica, não excluindo a incidência de juros e multas moratórias sobre o saldo devedor.

(\_\_\_) A exclusão do contribuinte do programa de parcelamento por inadimplência de três parcelas consecutivas opera o vencimento antecipado de toda a dívida remanescente.

(\_\_\_) O pedido de parcelamento de crédito tributário já ajuizado dispensa o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios devidos ao procurador do Município.

(\_\_\_) A confissão irretratável da dívida é um requisito comum para a adesão ao parcelamento, impedindo o contribuinte de discutir o mérito do tributo na esfera administrativa posterior.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, F, V.  
(B) F, F, V, V.  
(C) F, V, V, F.  
(D) V, F, V, V.  
(E) V, V, V, V.

### Questão 32

O lançamento tributário é o procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador, determina a

matéria tributável e calcula o montante do tributo devido. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

( ) A base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é o valor venal do imóvel, podendo o Poder Executivo atualizá-la por decreto, desde que o índice não ultrapasse a inflação oficial do período.

( ) No lançamento por homologação, o contribuinte antecipa o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, cabendo ao fisco a conferência posterior no prazo decadencial estabelecido.

( ) As alíquotas do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza devem observar os limites fixados em lei complementar federal, não podendo ser inferiores a dois por cento, ressalvadas as exceções previstas em norma nacional.

( ) O lançamento efetuado de ofício pela administração tributária municipal pode ser alterado a qualquer tempo por despacho administrativo, independentemente de erro de fato ou de direito identificado pela autoridade.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, V, V, F.
- (B) V, F, V, V.
- (C) F, F, F, F.
- (D) V, V, V, F.
- (E) V, V, V, V.

### Questão 33

A administração tributária municipal é exercida por órgãos dotados de competência para realizar a fiscalização e a arrecadação dos tributos de competência do ente local, devendo pautar-se pelo dever de sigilo e cooperação entre os entes federados. Com base exclusivamente na redação atual da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A administração tributária municipal goza de autonomia para recusar o cumprimento de ordens judiciais de quebra de sigilo fiscal, fundamentada na supremacia do interesse público arrecadatário sobre o direito individual à privacidade, garantindo a integridade dos dados cadastrais das empresas.
- (B) As atribuições do Fisco Municipal incluem a possibilidade de divulgar amplamente em sítios eletrônicos da prefeitura a relação detalhada de bens, rendas e débitos parcelados de contribuintes pessoas físicas, como mecanismo de controle social e transparência ativa da arrecadação tributária local.

(C) A Fazenda Pública Municipal e seus funcionários possuem o poder-dever de realizar a permuta de informações com a Fazenda Pública da União ou dos Estados, visando a eficácia da fiscalização, desde que haja previsão em lei ou convênio, não configurando quebra de sigilo o fornecimento de dados sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo entre estes órgãos.

(D) A competência para instituir a estrutura da administração tributária municipal é delegada por lei complementar federal, sendo vedado aos prefeitos municipais a criação de cargos de fiscalização que possuam atribuições de lançamento de ofício sem a prévia autorização da Receita Federal do Brasil nos regimes institucionais de organização administrativa tributária nacional.

(E) Os fiscais de tributos municipais podem, mediante ordem verbal do Secretário de Fazenda, realizar a apreensão de livros contábeis de empresas situadas em outros municípios, desde que haja suspeita de sonegação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, independentemente da celebração de convênios de assistência mútua com o ente vizinho.

### Questão 34

O Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis incide sobre a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

( ) O imposto não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, salvo se a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda de imóveis.

( ) A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos, devendo a autoridade administrativa realizar o lançamento por arbitramento quando o valor declarado for inferior ao de mercado.

( ) O Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis é devido ao Município da situação do bem, sendo vedada a cobrança do tributo pelo ente onde foi lavrada a escritura pública de compra e venda.

( ) A transmissão de bens imóveis por herança (causa mortis) é hipótese de incidência do imposto municipal, devendo o herdeiro realizar o pagamento antes da expedição do formal de partilha.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, V, F.
- (B) V, F, V, V.
- (C) F, V, V, F.
- (D) V, V, V, V.
- (E) F, F, V, V.

### Questão 35

A competência tributária é a aptidão para instituir tributos, enquanto a capacidade tributária ativa refere-se à função de arrecadar e fiscalizar. Com base exclusivamente na redação atual do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Os Municípios podem, mediante lei ordinária, transferir a competência tributária sobre o Imposto sobre Serviços para a União, visando a unificação da arrecadação federal com a municipal em regime de substituição tributária.
- (B) A competência tributária é indelegável, no entanto, o não exercício da referida competência pelo Município no prazo de cinco anos implica a transferência do poder de tributar para o Estado-membro onde se localiza.
- (C) A atribuição das funções de arrecadar e fiscalizar tributos a entes privados, como associações de moradores, confere a estas entidades a capacidade tributária ativa plena, incluindo o poder de emitir certidões de dívida ativa.
- (D) A capacidade tributária ativa é delegável de uma pessoa jurídica de direito público a outra, compreendendo as garantias e privilégios processuais que competem à pessoa jurídica que exerça a referida função.
- (E) A capacidade tributária ativa de um Município é suspensa quando este deixa de instituir e arrecadar os impostos de sua competência, sendo os recursos da cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios retidos pela União.

### Questão 36

O procedimento de fiscalização tributária é a atividade administrativa que visa a verificação do cumprimento das obrigações por parte do sujeito passivo. Com base exclusivamente na redação atual do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O dever de prestar informações à fiscalização tributária municipal é restrito aos sócios das empresas, sendo vedado ao fisco requisitar dados sobre transações financeiras junto a instituições bancárias, mesmo mediante processo administrativo instaurado nos procedimentos formais de fiscalização tributária municipal.
- (B) A recusa do contribuinte em exibir livros e documentos à fiscalização tributária autoriza o fiscal a aplicar a pena de suspensão imediata dos direitos políticos do sócio administrador da empresa fiscalizada nos procedimentos administrativos de apuração de irregularidades fiscais.
- (C) A autoridade administrativa que proceder ou presidir a exames cartulares e fiscalizações lavrará termo próprio para documentar o início do procedimento, fixando prazo para conclusão, sendo que os livros e documentos exibidos devem ser devolvidos mediante recibo após o encerramento do ato.

- (D) O fiscal de tributos pode realizar o arbitramento da receita bruta do contribuinte com base no valor de mercado de seus veículos particulares, independentemente da existência de livros contábeis regulares ou notas fiscais de entrada nos procedimentos administrativos de fiscalização tributária municipal.
- (E) A fiscalização tributária municipal tem o poder de ingressar em domicílios particulares durante o período noturno sem autorização judicial, desde que haja denúncia anônima de que o morador exerce atividade de prestação de serviços sem nota fiscal nos procedimentos administrativos de verificação de irregularidades tributárias.

### Questão 37

A obrigação tributária surge com a ocorrência do fato gerador, tendo por objeto a prestação pecuniária ou o dever de fazer e não fazer. Com base exclusivamente na redação atual do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A obrigação tributária acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária, tornando-se exigível como crédito tributário decorrente dessa obrigação.
- (B) A autoridade administrativa pode dispensar o cumprimento de obrigações acessórias por meio de despacho em processo administrativo individual, independentemente de previsão em lei de caráter geral.
- (C) A obrigação tributária principal nasce com a lavratura do auto de infração, sendo vedada a existência de obrigações pecuniárias desprovidas de prévia notificação pessoal do contribuinte por oficial de justiça.
- (D) As obrigações acessórias são vinculadas exclusivamente aos impostos, não cabendo a instituição de deveres instrumentais relativos a taxas ou contribuições de melhoria de competência municipal.
- (E) O descumprimento de uma obrigação tributária acessória, como a não emissão de nota fiscal, gera a extinção automática da obrigação principal correspondente, como forma de simplificação do contencioso administrativo.

### Questão 38

Os princípios constitucionais tributários limitam o poder de tributar e protegem o contribuinte contra arbitrariedades estatais. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

- () O princípio da legalidade determina que é vedado aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça, ressalvadas as hipóteses de atualização da base de cálculo.
- () O princípio da anterioridade nonagesimal proíbe a

cobrança de tributos antes de decorridos noventa dias da data em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

() A capacidade contributiva estabelece que, sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados conforme a capacidade econômica do contribuinte.

() O princípio da vedação ao confisco permite que o Município utilize multas tributárias com valor superior a mil por cento do tributo devido para forçar o encerramento de empresas inadimplentes.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, V, V.
- (B) V, V, V, V.
- (C) V, V, V, F.
- (D) F, F, V, V.
- (E) F, V, V, F.

### Questão 39

O cadastro fiscal municipal é a base de dados que identifica os contribuintes e as unidades imobiliárias, sendo essencial para a gestão tributária e o planejamento urbano. Analise as afirmativas a seguir:

I. A inscrição no Cadastro Mobiliário é obrigatória para todas as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades econômicas no território municipal, independentemente de possuírem sede fixa.

II. A baixa de ofício de inscrições cadastrais pode ser realizada pela administração tributária quando for constatada a inatividade de fato do contribuinte por período superior ao estabelecido na legislação local.

III. O recadastramento imobiliário obriga o contribuinte a fornecer dados sobre as benfeitorias realizadas no imóvel, sendo vedado ao fisco utilizar aerofotogrametria para a atualização de ofício da área construída.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) III apenas.
- (C) I apenas.
- (D) I e II apenas.
- (E) II apenas.

## GESTÃO PÚBLICA

### Questão 40

Considerando as características da organização administrativa brasileira, correlacione as entidades e instituições apresentadas na Coluna 01 com a classificação correspondente indicada na Coluna 02.

#### Coluna 01

() Ministério da Educação.

() Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

() Caixa Econômica Federal.

() Secretarias estaduais vinculadas diretamente ao governo do Estado.

() Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

#### Coluna 02

I. Administração direta

II. Administração indireta

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

(A) I, II, I, II, I.

(B) II, II, I, I, II.

(C) II, I, II, I, II.

(D) I, I, II, II, I.

(E) I, II, II, I, II.

### Questão 41

Com base nas definições estabelecidas pela legislação sobre acesso à informação, correlacione os conceitos apresentados na Coluna 01 com suas respectivas definições na Coluna 02.

#### Coluna 01

() Dados, processados ou não, que podem ser utilizados para a produção e transmissão de conhecimento, registrados em qualquer meio ou formato.

() Unidade de registro de informações, independentemente do suporte material ou formato em que esteja armazenada.

() Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

() Informação submetida temporariamente à restrição de acesso público por ser considerada essencial à segurança da sociedade e do Estado.

#### Coluna 02

I. Documento

II. Informação

III. Informação sigilosa

IV. Informação pessoal

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

(A) II, I, IV, III.

(B) I, II, IV, III.

(C) III, I, IV, II.

(D) II, IV, I, III.

(E) II, III, I, IV.

### Questão 42

Considerando a ordem legal de aplicação dos critérios de

desempate em processos licitatórios, correlacione os elementos apresentados na Coluna 01 com a sequência correta indicada na Coluna 02.

#### Coluna 01

(\_\_\_) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, com base em registros cadastrais que indiquem o cumprimento de obrigações contratuais.

(\_\_\_) Disputa final entre os licitantes empatados, permitindo a apresentação de nova proposta em ato contínuo à classificação.

(\_\_\_) Existência de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho desenvolvidas pelo licitante.

(\_\_\_) Implementação de programa de integridade pelo licitante, conforme orientações dos órgãos de controle.

#### Coluna 02

I. Primeiro critério

II. Segundo critério

III. Terceiro critério

IV. Quarto critério

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

(A) I, III, II, IV.

(B) II, I, III, IV.

(C) III, I, II, IV.

(D) I, II, III, IV.

(E) II, III, I, IV.

#### Questão 43

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais estabelece um conjunto de sanções administrativas aplicáveis aos agentes de tratamento de dados que descumprirem as normas relativas à proteção de dados pessoais. Essas medidas são aplicadas pela autoridade nacional competente e podem variar conforme a gravidade da infração, a reincidência e os impactos causados aos titulares dos dados.

Considerando as sanções administrativas previstas na legislação brasileira de proteção de dados pessoais, assinale a alternativa correta.

(A) A autoridade nacional responsável pela proteção de dados pode aplicar multas sem limite máximo quando houver violação grave das normas de tratamento de dados pessoais.

(B) Entre as sanções administrativas previstas estão a advertência com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, a aplicação de multas e a possibilidade de bloqueio ou eliminação de dados pessoais relacionados à infração.

(C) A legislação estabelece que as sanções administrativas aplicáveis aos agentes de tratamento restringem-se à divulgação pública da infração, não podendo interferir no funcionamento de bancos de dados.

(D) A legislação prevê exclusivamente a aplicação de multas financeiras aos agentes de tratamento que violarem normas de proteção de dados pessoais, não sendo admitidas outras medidas administrativas.

(E) A aplicação de sanções administrativas relacionadas à proteção de dados pessoais depende exclusivamente de decisão judicial, não podendo ser aplicada diretamente pela autoridade administrativa competente.

#### Questão 44

À luz da legislação brasileira sobre acesso à informação pública, assinale a alternativa que interpreta corretamente o regime jurídico aplicável ao acesso e às restrições de informações públicas.

(A) O acesso a informações necessárias à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais não pode ser negado, e documentos relacionados a violações de direitos humanos praticadas por agentes públicos não podem ser submetidos a restrições de acesso.

(B) O regime jurídico de acesso à informação elimina todas as hipóteses de sigilo previstas em outras legislações, tornando públicas todas as informações produzidas ou custodiadas pelo Estado.

(C) Informações relativas a violações de direitos humanos praticadas por agentes públicos podem ser classificadas como sigilosas quando sua divulgação puder gerar repercussão institucional negativa para a administração pública.

(D) Informações relacionadas a violações de direitos humanos podem ser submetidas a sigilo temporário quando envolverem agentes públicos em exercício de função administrativa.

(E) Informações relacionadas à tutela de direitos fundamentais podem ser submetidas a restrições administrativas de acesso sempre que o órgão público considerar necessário preservar a estabilidade institucional.

#### Questão 45

A Lei de Licitações e Contratos Administrativos estabelece prazos mínimos para a apresentação de propostas e lances em processos licitatórios, com o objetivo de assegurar a ampla competitividade entre os licitantes e garantir condições adequadas para a formulação das propostas.

Considerando as regras estabelecidas pela legislação sobre os prazos mínimos para apresentação de propostas em processos licitatórios, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas licitações que adotam o critério de julgamento de maior lance, o prazo mínimo para apresentação de propostas é de oito dias úteis.
- (B) Nas licitações para aquisição de bens julgadas pelo critério de menor preço ou maior desconto, o prazo mínimo para apresentação de propostas é de quinze dias úteis contados da divulgação do edital.
- (C) Nas licitações que envolvem serviços ou obras comuns julgadas pelo critério de menor preço, o prazo mínimo para apresentação de propostas é de cinco dias úteis.
- (D) Nas licitações realizadas pela administração pública federal, os prazos mínimos previstos na legislação podem ser livremente reduzidos pela autoridade competente sempre que houver interesse público.
- (E) Nas licitações que adotam o critério de julgamento de técnica e preço, de melhor técnica ou de conteúdo artístico, o prazo mínimo para apresentação de propostas é de trinta e cinco dias úteis.

### Questão 46

A legislação brasileira que disciplina os atos de improbidade administrativa estabelece regras específicas sobre a responsabilidade patrimonial decorrente de danos causados ao erário ou de enriquecimento ilícito.

Considerando as regras legais relativas à responsabilidade sucessória em casos de dano ao erário ou enriquecimento ilícito, assinale a alternativa correta.

- (A) O sucessor ou herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente responde apenas pela obrigação de reparação do dano, limitada ao valor do patrimônio ou da herança recebida.
- (B) O sucessor ou herdeiro de agente responsável por ato de improbidade administrativa responde integralmente por todas as sanções previstas na legislação, independentemente do valor do patrimônio herdado ou transferido.
- (C) Nas reorganizações societárias, a empresa sucessora fica isenta de qualquer responsabilidade patrimonial relacionada a atos de improbidade praticados anteriormente pela empresa sucedida.
- (D) Nas hipóteses de fusão ou incorporação societária, a empresa sucessora assume integralmente todas as sanções decorrentes de atos de improbidade praticados pela empresa sucedida, independentemente da data em que ocorreram os fatos.
- (E) A responsabilidade sucessória por atos de improbidade administrativa alcança automaticamente os sucessores, inclusive quanto às sanções pessoais aplicáveis ao agente público que praticou o ato ilícito.

### Questão 47

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais estabelece regras para o tratamento de dados pessoais no Brasil, com o objetivo de proteger direitos fundamentais de

liberdade e privacidade.

Considerando as situações abaixo, assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE a situação em que o tratamento de dados pessoais está sujeito à aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

- (A) Tratamento de dados pessoais realizado por órgãos estatais no âmbito de atividades de investigação criminal.
- (B) Tratamento de dados pessoais realizado exclusivamente para fins de segurança do Estado ou defesa nacional.
- (C) Tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural sem finalidade econômica.
- (D) Tratamento de dados pessoais realizado exclusivamente para atividades jornalísticas desenvolvidas por veículo de comunicação.
- (E) Utilização de dados pessoais por uma empresa para segmentação de consumidores e envio de campanhas publicitárias direcionadas.

### Questão 48

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais institui um regime jurídico voltado à proteção dos direitos fundamentais relacionados ao tratamento de dados pessoais no Brasil.

Com base nos fundamentos que orientam a disciplina da proteção de dados pessoais no ordenamento jurídico brasileiro, analise as afirmativas a seguir:

I. O respeito à privacidade constitui um dos fundamentos da proteção de dados pessoais, refletindo a necessidade de proteger a esfera individual do titular dos dados contra interferências indevidas.

II. A autodeterminação informativa integra os fundamentos da proteção de dados pessoais, reconhecendo o direito do indivíduo de controlar o uso e o tratamento das informações que lhe dizem respeito.

III. A proteção de dados pessoais fundamenta-se exclusivamente na defesa da intimidade e da honra, não abrangendo valores relacionados ao desenvolvimento econômico, tecnológico ou à inovação.

IV. A disciplina da proteção de dados pessoais busca conciliar a proteção dos direitos fundamentais com princípios econômicos como a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor.

V. Entre os fundamentos da proteção de dados pessoais estão os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

Assinale a alternativa que apresenta todas as afirmativas corretas:

- (A) I, III, IV.
- (B) I, II, III, V.
- (C) I, II, IV, V.
- (D) II, III, IV, V.

(E) II, V.

### Questão 49

A Lei de Acesso à Informação institui mecanismos destinados a assegurar a transparência da administração pública e a garantir o direito de qualquer cidadão de obter informações produzidas ou custodiadas pelo Estado.

Considerando as regras estabelecidas pela legislação brasileira sobre a formulação de pedidos de acesso à informação junto aos órgãos públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) A administração pública pode recusar pedidos de acesso à informação quando o solicitante não demonstrar finalidade acadêmica, jornalística ou institucional para a utilização dos dados solicitados.
- (B) Os órgãos públicos podem exigir identificação completa do solicitante, incluindo informações adicionais que permitam avaliar a pertinência do pedido de acesso à informação.
- (C) Qualquer interessado pode apresentar pedido de acesso à informação por meio legítimo, devendo apenas identificar-se e especificar a informação requerida, sendo vedada a exigência de justificativa quanto aos motivos da solicitação.
- (D) A apresentação de pedidos de acesso à informação deve ocorrer exclusivamente por meio de requerimento formal protocolado presencialmente no órgão público responsável.
- (E) O acesso a informações públicas depende da comprovação de interesse legítimo por parte do solicitante, devendo o requerente apresentar justificativa detalhada sobre os motivos da solicitação.

### Questão 50

A Lei de Licitações e Contratos Administrativos introduziu novas modalidades licitatórias destinadas a ampliar a eficiência das contratações públicas, especialmente em situações que envolvem maior complexidade técnica ou necessidade de soluções inovadoras.

Com base nas hipóteses legais de utilização do diálogo competitivo nas contratações públicas, analise as afirmativas a seguir:

- I. A modalidade diálogo competitivo pode ser utilizada quando a contratação pretendida envolver inovação tecnológica ou técnica, exigindo soluções que ainda não estejam plenamente consolidadas no mercado.
- II. O diálogo competitivo pode ser adotado quando a administração pública não consegue satisfazer sua necessidade sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado às especificidades do objeto pretendido.
- III. A utilização do diálogo competitivo pressupõe que a administração pública seja capaz de definir previamente, com elevado grau de precisão, todas as especificações técnicas do objeto a ser contratado.

IV. O diálogo competitivo pode ser utilizado em situações em que a administração pública não consegue definir com precisão suficiente as especificações técnicas necessárias para a contratação.

V. O diálogo competitivo é modalidade licitatória destinada exclusivamente à aquisição de bens padronizados disponíveis no mercado, dispensando a necessidade de inovação ou adaptação tecnológica.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as afirmativas corretas:

- (A) II, III, IV.
- (B) III, V.
- (C) I, II, IV.
- (D) I, III, V.
- (E) III, IV, V.

### Questão 51

A legislação brasileira que disciplina os atos de improbidade administrativa estabelece mecanismos institucionais destinados à investigação de condutas que possam violar os princípios da administração pública ou causar danos ao erário.

Considerando as disposições legais relativas à investigação de atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- (A) A investigação de atos de improbidade administrativa deve ocorrer exclusivamente no âmbito da esfera administrativa, sendo vedada a atuação direta do Ministério Público na fase investigativa.
- (B) O Ministério Público pode instaurar inquérito civil ou procedimento investigativo para apurar improbidade administrativa e pode requisitar a instauração de inquérito policial quando necessário.
- (C) A investigação de atos de improbidade administrativa depende obrigatoriamente de denúncia formal apresentada por órgão de controle externo da administração pública.
- (D) A apuração de atos de improbidade administrativa pode ser iniciada exclusivamente por determinação judicial, não sendo admitida iniciativa do Ministério Público ou de autoridades administrativas.
- (E) Durante a apuração de possíveis atos de improbidade administrativa, o investigado não possui direito de manifestação até a conclusão da investigação preliminar.

### Questão 52

A Lei de Licitações e Contratos Administrativos estabelece critérios objetivos para a análise e julgamento das propostas apresentadas pelos licitantes, buscando assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública e a observância dos princípios da legalidade, da isonomia e da competitividade.

Com base nas hipóteses legais de desclassificação de propostas em processos licitatórios, analise as

afirmativas a seguir:

I. Propostas que apresentarem vícios insanáveis devem ser desclassificadas do processo licitatório.

II. Propostas que não observarem as especificações técnicas estabelecidas no edital podem ser desclassificadas por descumprimento das exigências do instrumento convocatório.

III. Propostas que apresentarem preços inexequíveis ou que permaneçam acima do orçamento estimado para a contratação podem ser desclassificadas.

IV. Propostas cuja exequibilidade não seja demonstrada, quando essa comprovação for exigida pela administração pública, podem ser desclassificadas.

V. Propostas que apresentarem qualquer divergência em relação às exigências do edital devem ser desclassificadas, independentemente da possibilidade de correção.

Assinale a alternativa que apresenta todas as afirmativas corretas:

- (A) I, II, III, IV.
- (B) III, V.
- (C) II, IV, V.
- (D) I, III, V.
- (E) I, II, IV.

### Questão 53

A legislação que disciplina os atos de improbidade administrativa estabelece hipóteses específicas em que a conduta do agente público pode configurar enriquecimento ilícito no exercício de função pública. Essas situações caracterizam-se pela obtenção de vantagem patrimonial indevida decorrente do exercício de cargo, mandato ou função em entidades da administração pública ou a ela vinculadas.

Considerando as hipóteses legais que caracterizam atos de improbidade administrativa relacionados ao enriquecimento ilícito, assinale a alternativa correta.

- (A) A utilização de servidores públicos ou de bens da administração em atividades privadas somente configura improbidade administrativa quando houver autorização formal da autoridade superior.
- (B) A utilização eventual de bens públicos em atividades particulares pelo agente público não configura improbidade administrativa quando não houver prejuízo direto ao erário.
- (C) A aquisição de bens cujo valor seja incompatível com a evolução patrimonial do agente público não caracteriza enriquecimento ilícito quando o patrimônio tiver sido adquirido durante o exercício da função pública.
- (D) O recebimento de vantagem econômica para prestar declaração técnica falsa em contratos ou obras públicas constitui irregularidade administrativa, mas não configura hipótese de improbidade administrativa.

- (E) A obtenção de vantagem patrimonial indevida mediante ato doloso praticado no exercício de cargo, função ou mandato público caracteriza ato de improbidade administrativa relacionado ao enriquecimento ilícito.

### Questão 54

A ética no serviço público constitui um conjunto de princípios e normas que orientam a conduta dos agentes públicos no exercício de suas funções, buscando assegurar integridade, imparcialidade e respeito ao interesse coletivo.

Considerando as normas de conduta previstas nos códigos de ética aplicáveis aos servidores públicos, identifique a alternativa que apresenta conduta que NÃO é vedada ao servidor público.

- (A) Utilizar o cargo ou a função pública para obter favorecimento para si ou para terceiros.
- (B) Permitir que interesses pessoais ou sentimentos de simpatia ou antipatia influenciem o tratamento dado ao público ou a colegas de trabalho.
- (C) Alterar ou deturpar o conteúdo de documentos oficiais encaminhados para providências administrativas.
- (D) Solicitar ou receber vantagem financeira ou qualquer benefício para influenciar a atuação de outros servidores públicos.
- (E) Empregar conhecimentos técnicos e científicos disponíveis para melhorar a prestação do serviço público e o atendimento à população.

### Questão 55

A Lei de Acesso à Informação estabelece o princípio da publicidade como regra geral na administração pública, admitindo a restrição de acesso apenas em situações excepcionais.

Considerando as hipóteses em que informações podem ser classificadas como imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) Informações relativas à execução orçamentária e à aplicação de recursos públicos podem ser classificadas como sigilosas sempre que envolverem decisões estratégicas e comerciais do governo.
- (B) Informações sobre programas públicos de interesse coletivo podem ser classificadas como sigilosas quando sua divulgação puder gerar críticas de grande repercussão nacional à atuação do poder público.
- (C) Informações referentes a políticas públicas de alcance social podem ser classificadas como sigilosas sempre que envolverem decisões administrativas consideradas sensíveis para a gestão governamental.

- (D) Informações que comprometem investigações em andamento relacionadas à repressão de infrações podem ser classificadas como sigilosas para resguardar a segurança institucional e a eficácia das ações estatais.
- (E) Informações administrativas relativas à gestão cotidiana de órgãos públicos podem ser classificadas como sigilosas sempre que sua divulgação puder gerar constrangimentos institucionais ou repercussões políticas negativas.

### Questão 56

No regime jurídico aplicável aos servidores públicos, uma mesma conduta pode gerar consequências simultâneas em diferentes esferas de responsabilização, como a administrativa, a civil e a penal.

Considerando as relações entre as esferas administrativa, civil e penal na responsabilização do servidor público, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A condenação administrativa impede automaticamente a responsabilização penal do servidor público pelos mesmos fatos em virtude do princípio jurídico *ne bis in idem*.
- (B) As esferas administrativa, civil e penal possuem natureza jurídica idêntica, razão pela qual a decisão proferida em qualquer uma delas impede a análise do mesmo fato nas demais esferas.
- (C) A responsabilidade civil do servidor público depende da prévia condenação criminal transitada em julgado, sendo impossível a responsabilização civil sem decisão penal definitiva.
- (D) As responsabilidades administrativa, civil e penal são independentes, exceto quando a decisão penal reconhece definitivamente a inexistência do fato ou a ausência de autoria.
- (E) A absolvição criminal sempre impede a responsabilização administrativa e civil do servidor público, independentemente do fundamento utilizado na sentença.

### Questão 57

Os atos administrativos constituem manifestações unilaterais da Administração Pública destinadas a produzir efeitos jurídicos no âmbito do direito público. Para que tais atos sejam válidos, devem conter determinados elementos estruturais que condicionam sua existência e legitimidade.

Considerando os elementos que compõem os atos administrativos no direito administrativo brasileiro, analise as afirmativas a seguir e identifique quais correspondem aos elementos dos atos administrativos:

I. Competência, entendida como o poder legal conferido ao agente público para praticar o ato administrativo no exercício de suas atribuições.

II. Finalidade, correspondente ao interesse público que deve orientar a prática do ato e à finalidade específica prevista em lei para determinada atuação administrativa.

III. Forma, caracterizada como o modo de exteriorização do ato administrativo, incluindo as formalidades e procedimentos exigidos pela legislação.

IV. Motivo, definido como a situação de fato e de direito que justifica a prática do ato administrativo pelo agente público.

V. Hierarquia administrativa, entendida como a relação de subordinação entre agentes públicos dentro da estrutura organizacional da Administração.

Assinale a alternativa que apresenta apenas os elementos dos atos administrativos:

- (A) II, IV, V.
- (B) II, V.
- (C) I, III, V.
- (D) I, II, III, IV.
- (E) I, II, III, IV, V.

### Questão 58

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais estabelece conceitos fundamentais para a compreensão do regime jurídico aplicável ao tratamento de dados pessoais no Brasil.

Considerando os conceitos jurídicos definidos pela legislação sobre proteção de dados pessoais, correlacione as situações apresentadas na Coluna 01 com as respectivas classificações conceituais indicadas na Coluna 02.

#### Coluna 01

( ) Informação referente à convicção religiosa, opinião política ou dados biométricos vinculados a uma pessoa natural.

( ) Conjunto de dados que, após tratamento técnico adequado, não permite a identificação do titular por meios razoáveis disponíveis no momento do tratamento.

( ) Informação relativa à saúde de uma pessoa natural, associada a exames médicos e prontuários clínicos.

#### Coluna 02

I. Dado pessoal sensível

II. Dado anonimizado

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

- (A) II, II, I.
- (B) II, I, II.
- (C) I, II, II.
- (D) I, I, II.
- (E) I, II, I.

### Questão 59

Com base nas hipóteses legais que caracterizam atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública, analise as

afirmativas a seguir:

I. A revelação de fato ou circunstância de que o agente público tenha conhecimento em razão de suas atribuições, quando essa informação deva permanecer em segredo e sua divulgação possa propiciar vantagem indevida ou colocar em risco a segurança da sociedade ou do Estado, pode caracterizar ato de improbidade administrativa.

II. A negativa de publicidade a atos oficiais pode configurar ato de improbidade administrativa quando não estiver fundamentada em hipóteses legais de restrição, especialmente aquelas relacionadas à proteção da segurança da sociedade ou do Estado.

III. A frustração do caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, quando realizada com o objetivo de favorecer interesses próprios ou de terceiros, constitui conduta incompatível com o princípio da imparcialidade administrativa.

IV. A conduta dolosa que viole deveres de honestidade, legalidade ou imparcialidade no exercício da função pública pode caracterizar ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

Assinale a alternativa que apresenta todas as afirmativas corretas:

- (A) II, III.
- (B) II, IV.
- (C) I, II, III.
- (D) I, II, III, IV.
- (E) I, III, IV.

RASCUNHO - NÃO DESTAQUE